

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências



**Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)**

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências



**Denise Pereira
Janaina de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)**

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay

Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA

Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A pesquisa e o ensino das ciências humanas: mudanças e tendências

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P474 A pesquisa e o ensino das ciências humanas [recurso eletrônico] :
mudanças e tendências / Organizadoras Denise Pereira, Janaína
de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF.

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5706-220-3

DOI 10.22533/at.ed.203202207

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. 2. Metodologia.
I. Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos aforismos famosos do filósofo estóico romano Seneca é dizer que a pessoa quando ensina, aprende. De fato, a profunda relação entre ensinar e aprender é retomada, de tempos em tempos por diferentes pensadores de diversos países.

Essa preocupação se dá justamente por que, enquanto seres humanos estamos envolvidos, a todo momento com as distintas dimensões de ensinar e aprender e com a produção de conhecimento como um todo. Pensar, refletir aprender, são ações essencialmente humanas, momentos de construção de todo um escopo de experiências coletivas e individuais. Ainda que não esteja presente na frase de Sêneca do começo deste texto, outra dimensão nessa relação de ensinar e aprender é o ato de pesquisar. Não podemos dizer que a pesquisa figura exatamente como um “elemento oculto” do aforismo, (ou seja, que não é citado, mas está presente). Ainda assim, não é incorreto dizer que o ato de pesquisar é um sustentáculo de todo e qualquer ensino. De fato, não há ensino sem pesquisa, e não há pesquisa sem divulgação do saber o que é, de certa maneira, ensino.

A palavra pesquisa tem estado muito presente do nosso senso comum, nossa vida cotidiana, uma pesquisa pode envolver tanto a busca por menores preços, ou informações concretas para a tomada de uma decisão cotidiana qualquer, como também pode se referir a raciocínios e processos complexos e controlados em procedimentos substanciais de produção do conhecimento. Um modo de vida. Em comum, ambos os significados tem o fato de que a pesquisa é um elemento fundante da experiência humana. Na área de ciências humanas, as investigações feitas, como é da própria natureza da área, sempre existe um amálgama bastante presente entre pesquisa, seus métodos e paradigmas e o ensino. Neste sentido temos assistido, no século XXI uma mudança significativa. Se a sociedade muda e novas são suas demandas, aspirações e necessidades, muda também o entendimento dos diferentes fenômenos sociais e as exigências inerentes ao seu processo de ensino. Assim, no mundo em que vivemos com o crescimento do espaço ocupado pelo ambiente virtual, as demandas de conhecimento e do mercado de trabalho da atualidade, balizam mudanças constantes que visam entender esse movimento ininterrupto, suas transformações e tendências.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE ESCOLAS PÚBLICAS SOBRE BULLYING	
Laís Caroline Amaral de Almeida Luciana Aparecida Nogueira da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.2032022071	
CAPÍTULO 2	18
A CONSTRUÇÃO DE UM PESQUISADOR A PARTIR DE SUAS IMPLICAÇÕES E INFLUÊNCIA DAS INSTITUIÇÕES: CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL	
Mayhara Alves de Lima Aidecivaldo Fernandes de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2032022072	
CAPÍTULO 3	29
A EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
André Luis Quinelato Claudia Gallert Graziela Cantelle de Pinho Isadora Goedert Jacqueline Maria Duarte Lewandowski Jéssica Fernanda Wessler Ferreira Luzia Alves da Silva Silvana Lazzarotto Schmitt Telma Beiser de Melo Zara	
DOI 10.22533/at.ed.2032022073	
CAPÍTULO 4	41
A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO FRENTE A DIMENSÃO SOCIAL DO SUJEITO	
Maria Adalgiza Albuquerque Succi	
DOI 10.22533/at.ed.2032022074	
CAPÍTULO 5	55
AÇÕES AFIRMATIVAS: VAGAS PARA GRUPOS SOCIAIS E ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG)	
Júlio César Xaveiro dos Santos Divina Aparecida Leonel Lunas	
DOI 10.22533/at.ed.2032022075	
CAPÍTULO 6	64
EDUCAÇÃO DO CAMPO E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM EXEMPLO TEÓRICO E PRÁTICO NO ESTADO DO PARÁ	
Joaquim Augusto Souza de Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.2032022076	
CAPÍTULO 7	91
ESTRATÉGIAS DE APROXIMAÇÃO PARA UM(A) “PESQUISADOR(A) EMANCIPADO(A)” NAS PESQUISAS EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Lara Brum de Calais	
DOI 10.22533/at.ed.2032022077	

CAPÍTULO 8	106
EXPANSÃO, ENADE E INDICADORES DE QUALIDADE DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Ana Lúcia Cunha Duarte Ana Beatriz Frazão da Silva Rafael Mendonça Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.2032022078	
CAPÍTULO 9	118
FAZER PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS HOJE, OU SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO CIENTÍFICO	
Rubens da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.2032022079	
CAPÍTULO 10	134
METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO INFANTIL: O ALUNO COMO PROTAGONISTA DA APRENDIZAGEM	
Larissa Andrade Silva Elisabete Tomomi Kowata	
DOI 10.22533/at.ed.20320220710	
CAPÍTULO 11	142
O PAPEL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E AS TEORIAS CRÍTICAS: CONTRIBUTO DOS ENUNCIATIVOS CONTEMPORÂNEOS	
Fábio Brum Diego da Costa dos Santos Diogo Dias de Paula Muniz	
DOI 10.22533/at.ed.20320220711	
CAPÍTULO 12	153
PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA: SAÍDAS POSSÍVEIS SOB A ÉGIDE DA DEMOCRACIA	
Humberto Teixeira Ramos Lilian Miranda Bastos Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.20320220712	
CAPÍTULO 13	171
POR UM ENSINO TRANSDISCIPLINAR: UM ENSAIO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	
Josimar Monteiro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20320220713	
CAPÍTULO 14	182
QUEM REPRESENTA OS ESTUDANTES? DEMOCRACIA E UNIDADE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
Isabella Yi Ni Vargas Chen Antonio Euzébios Filho	
DOI 10.22533/at.ed.20320220714	
CAPÍTULO 15	201
RELAÇÕES INTERPESSOAIS: REFLEXOS NO ENSINO	
Jânia Félix de Jesus Ferreira Núbia de Fátima Félix Ferreira Altina Abadia da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20320220715	

CAPÍTULO 16	212
FRACASSO ESCOLAR E EVASÃO: UM ESTUDO SOBRE A DIFICULDADE PARA LER E ESCREVER Karla Aparecida Zucoloto DOI 10.22533/at.ed.20320220716	
CAPÍTULO 17	217
UM BREVE HISTÓRICO DAS FEIRAS DE CIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE/RR - 1997 A 2019 Marilene Kreutz de Oliveira Ivanise Maria Rizzatti Lenir Santos do Nascimento Moura Jesucina do Nascimento Moura Oliveira Eliaquim Barbosa Pereira DOI 10.22533/at.ed.20320220717	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

FAZER PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS HOJE, OU SOBRE OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO CIENTÍFICO

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 04/04/2020

Rubens da Silva Ferreira

Universidade Federal do Pará, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de
Biblioteconomia.

Belém, PA

<http://lattes.cnpq.br/1179934046983248>

RESUMO: O trabalho consiste em um ensaio sobre as condições contemporâneas de produção e socialização do conhecimento científico nas Ciências Humanas, especialmente em relação aos desafios interpostos ao pesquisador. Os conceitos de campo e campo científico, ambos teorizados por Pierre Bourdieu, fornecem as orientações para as reflexões sobre alguns dos desafios éticos, políticos e tecnológicos que impactam nas práticas científicas. Em conjunto, esses desafios representam mudanças não somente nas condições de produção e socialização do conhecimento científico, mas também no perfil do pesquisador. Com efeito, é possível falar da emergência de um modelo fundado em novas competências e habilidades para lidar com as novas condições de fazer

pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Ciências humanas.
Pesquisa. Conhecimento científico.
Comunicação científica.

**DO RESEARCH IN THE HUMAN SCIENCES,
OR ABOUT THE CHALLENGES OF THE
SCIENTIFIC FIELD**

ABSTRACT: The work consists on an essay on the contemporary conditions of production and socialization of scientific knowledge in Human Sciences, especially in relation to the challenges posed to the researcher. The concepts of field and scientific field, both theorized by Pierre Bourdieu, provide the guidance for reflections on some of the ethical, political and technological challenges that impact scientific practices. Together, these challenges represent changes not only in the conditions of production and socialization of scientific knowledge, but also in the profile of the researcher. Indeed, it is possible to speak of the emergence of a model based on new competences and skills to deal with the new conditions of doing research.

KEYWORDS: Human Sciences. Search.
Scientific knowledge. Scientific communication.

1 | INTRODUÇÃO

Com o objetivo de pensar os desafios contemporâneos na pesquisa em Ciências Humanas¹, busca-se tecer neste ensaio algumas reflexões sobre questões que se impõem ao *campo científico* num século marcado, entre outras características, pelo grande fluxo de informação que circula pelas redes digitais. Parte desse fluxo é produzida e colocada em circulação por pesquisadores, universidades, laboratórios, institutos de pesquisa e editores científicos que dão forma a um verdadeiro circuito global de conhecimento, capilarizando direta e indiretamente pessoas e instituições nos países do Norte e do Sul.

Como produto de uma análise autoral não exaustiva que toma por *locus* a realidade brasileira, este exercício de pensamento está assentado nas teorizações de Pierre Bourdieu, precisamente quanto ao conceito de campo científico, concebido por ele como um microcosmo social dotado de *ethos* próprio. Assim, ao vislumbrar alguns desafios científicos contemporâneos na esfera ética, política e tecnológica, eles serão analisados nas articulações entre o campo científico e o social, procurando, deste modo, entender como eles afetam a produção e a socialização do conhecimento científico na contemporaneidade.

Tal como será discutido nas partes que seguem a esta introdução, os desafios em tela apontam para mudanças não apenas nas condições contemporâneas de produção e socialização do conhecimento científico. Eles também sugerem mudanças no perfil dos pesquisadores para lidarem com as novas realidades sociais, legais e tecnológicas que afetam as práticas científicas dentro e fora do gabinete de trabalho, esse espaço entendido como uma pequena unidade gestora de informação científica². Deste modo, mais do que o pesquisador tradicional, que conduz as pesquisas de modo descompromissado com o mundo exterior, esse perfil vem sendo progressivamente substituído pelo modelo de um sujeito mais dinâmico, político e empreendedor, mais articulado e comprometido com a sociedade em que vive.

Porém, antes de iniciar a discussão proposta, importa esclarecer ao leitor os sentidos aqui empregados para duas importantes expressões. Uma delas corresponde à produção do conhecimento científico. Ela diz respeito à atividade de pesquisa científica propriamente dita, permeada por valores, métodos, práticas e ritos muito peculiares ao fazer da ciência, compreendendo desde a concepção dos projetos de investigação até a elaboração dos relatórios e dos produtos nos quais são formalizados os resultados das pesquisas.

1. As Ciências Humanas são aqui entendidas como um conjunto de disciplinas que pelo menos desde o século XIX tem produzido um complexo corpo de conhecimentos sobre o ser humano em seus modos de ser, pensar, agir, sentir, comunicar e criar. Essas disciplinas são orientadas por bases epistemológicas, teóricas e metodológicas que configuram suas especificidades, todavia, sem impedir o diálogo e a pesquisa interdisciplinar sobre o gênero humano em seus aspectos psíquicos, individuais, sociais, culturais, históricos, artísticos, políticos, jurídicos e econômicos, entre outros.

2. Porque é nos gabinetes que os pesquisadores realizam as atividades de seleção, análise, organização, recuperação, uso e disseminação das informações que consomem e geram ao longo das investigações que conduzem. Posteriormente, parte dessas informações alimentará os bancos de dados das agências de fomento à pesquisa, as editoras científicas, as bibliotecas, os arquivos e/ou os museus.

Considerando a ciência em seu *continuum*, os resultados das investigações precisam ser comunicados, isto é, levados para fora do gabinete de trabalho do pesquisador. Com efeito, a expressão socialização do conhecimento científico corresponde a esse processo de comunicação pelo qual os produtos das pesquisas se tornam de conhecimento amplo ao serem divulgados à comunidade científica e à sociedade maior. Uma vez feitos esses esclarecimentos iniciais, cabe passar à discussão do conceito de campo e de campo científico, e às reflexões propostas quanto aos desafios na produção e na socialização do conhecimento científico hoje.

2 | O CONCEITO DE CAMPO CIENTÍFICO NA PERSPECTIVA DE PIERRE BOURDIEU

As práticas científicas podem ser pensadas como o conjunto das atividades orientadas para a produção racional e sistemática do conhecimento científico, seja sobre a natureza, a sociedade ou o ser humano. No contexto da Sociologia da Ciência, o sociólogo francês Pierre Bourdieu deixou uma significativa contribuição no sentido de entender e desvelar a organização das práticas que se processam no interior da comunidade científica com os valores, a lógica e as normas que sustentam o seu funcionamento e reprodução.

Pierre Bourdieu é conhecido nas Ciências Humanas por ter produzido teorizações sobre o conceito de *campo*, muito embora não tenha sido ele o primeiro a utilizá-lo. Bem antes do sociólogo francês, o psicólogo Kart Lewin – inspirado pela física teórica e pela psicologia social – propôs que as relações entre o indivíduo e o meio constituem uma espécie de campo de força. Nesse campo, pessoas e objetos são envolvidos por mecanismos de atração e de repulsão que geram zonas de contato e zonas de evitamento, e também por obstáculos que se interpõem ao alcance de determinados fins (DORTIER, 2010, p. 359). Foi a teoria dos campos de Lewin que inspirou Bourdieu a aplicar e desenvolver o conceito de campo na Sociologia, definindo-o como:

o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas [...]. A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias (BOURDIEU, 2004, p. 20).

Com base no conceito de campo, Bourdieu desenvolve o conceito de campo científico, didaticamente apresentado em uma conferência proferida em 11 de março de 1997, no *Institut National de la Recherche Agronomique* (INRA). Como uma aplicação conceitual específica, o campo científico corresponde a um recorte social no qual estão inseridos pesquisadores e instituições como universidades, laboratórios, institutos de pesquisa, associações científicas, editores científicos e outros agentes que, segundo Bourdieu (1983; 2004), são orientados por códigos, valores e normas que disciplinam, entre outras coisas, as práticas de produção e socialização do conhecimento capazes de explicar o

mundo físico e o mundo social.

Dinamizado por relações ora de conflito, ora de aliança, o campo científico é um espaço desprovido da “concorrência perfeita das ideias” (BOURDIEU, 2004, p. 123). Como produto social, a ciência constitui um campo estabelecido por relações de interesse e de poder que impedem a sua neutralidade. É nesse sentido que o campo científico representa uma arena simbólica de disputas pela consolidação de determinados paradigmas e de prestígio na comunidade científica.

No campo científico as disputas entre pesquisadores ocorrem em torno das recompensas advindas da capacidade de produção e socialização do conhecimento científico. Essas duas atividades são permeadas e influenciadas pelos efeitos das disputas de poder, de prestígio e de reconhecimento científico, bem como pelo acúmulo de capital cultural³ e social⁴. Nesta direção, o *savoir-faire*, a experiência, as credenciais e a produção científica de uma minoria se impõem sobre uma maioria de jovens pesquisadores que disputam no campo científico o mérito pelo que produzem e publicam.

Como bem explica Bourdieu (2004), o campo científico comporta uma dimensão concorrencial na qual a disputa por notoriedade e autoridade depende, sobretudo, da capacidade dos agentes de argumentar, de demonstrar e de refutar ideias. Trata-se, pois, de uma luta linguística, cujas armas são dadas pelo volume, pela qualidade e pela racionalidade das informações e dos conhecimentos que os agentes mobilizam nos discursos que elaboram para explicar os fenômenos naturais ou sociais. E em meio aos diferentes canais de comunicação existentes para a socialização do conhecimento científico, a comunidade científica dá destaque aos periódicos científicos, sobretudo aqueles produzidos pelas editoras de prestígio, capazes de ampliar as possibilidades de citação dos artigos.

Um aspecto importante nas teorizações de Bourdieu (2004) diz respeito à relativa autonomia dos campos, o que significa dizer que eles não são isolados entre si por fronteiras rígidas. Para o autor, os diferentes campos são permeáveis às relações uns com os outros, portanto, sujeitos a formas de interação que podem ocorrer nas mais diferentes condições. Um dado acerca dessa permeabilidade entre os campos é fornecido por Michel Foucault (2013) ao analisar o modo como as relações tecidas entre os campos científico, jurídico e político levaram ao surgimento de uma nova tecnologia de poder no século XIX que atua sobre os corpos das pessoas até os dias de hoje.

Analisando particularmente as Ciências Sociais, em suas articulações com o campo jurídico, Foucault (2013) discute a relação historicamente construída entre os campos científico e jurídico que culminou no desenvolvimento de um conhecimento científico

3. Em linhas gerais, o capital cultural é expresso pela bagagem infocognitiva incorporada na interação com a família, pelo acesso a livros, enciclopédias, computadores, por outros materiais de informação e pelos diplomas obtidos em universidades de prestígio.

4. Em linhas gerais, o capital social é expresso pela rede de relações sociais mais ou menos duráveis mantidas ao longo da vida de uma pessoa.

aplicado aos corpos das pessoas. Foi assim que o campo científico passou a auxiliar as sentenças proferidas nos tribunais, fornecendo os laudos e os inquéritos que analisavam os comportamentos e as subjetividades dos (as) criminosos (as). Por outro lado, para impor a ordem a todo custo, o campo político também se alimentou dessas informações cientificamente coletadas, analisadas e documentadas para conduzir políticas de controle do tempo das pessoas, mantendo-as ocupadas em certos espaços de confinamento, a exemplo das fábricas, escolas, quartéis, prisões e outros, a fim de torná-las dóceis para o convívio em sociedade.

Ainda sobre a permeabilidade dos diferentes campos, cabe lembrar que universidades e institutos de pesquisa são instituições do campo científico bastante afetadas pelo campo político, jurídico, econômico e social. Essa realidade pode ser evidenciada de modo muito particularizado no Brasil, país no qual as pesquisas são financiadas em sua maior parte pelo Estado. Assim, em tempos de crise econômica global, como a que repercute desde 2008, agora agravada pela pandemia de Corona Vírus (Covid-2019), as universidades e os institutos de pesquisa vêm sendo diretamente impactados em seus orçamentos, mesmo quando dispõem de autonomia em seus estatutos para buscarem outras fontes de financiamento para as investigações que conduzem.

Conforme De Negri e Koeller (2019), registra-se uma queda progressiva do investimento estatal em pesquisas no Brasil entre 2000-2019. No âmbito do Governo Federal⁵, desde 2015 se verifica um declínio dos investimentos em ciência e tecnologia em função do *déficit* fiscal. Particularmente o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação (e Comunicação) vem sofrendo “contenção de investimentos” para “equilibrar” as contas do governo em meio a uma crise política que se prolonga desde as eleições presidenciais de 2014. Especificamente a partir de 2019, o contingenciamento dos recursos destinados à ciência e tecnologia tem se dado para atender os objetivos do Governo Federal quanto à meta definida para o *superávit* primário.

Dados precisos sobre a evolução da redução dos investimentos do Governo Federal em ciência e tecnologia podem ser verificados no Portal da Transparência. Em 2014, as despesas em ciência e tecnologia foram executadas no valor de R\$ 11,81 bilhões em um orçamento previsto de R\$ 9,61 bilhões. No ano de 2015, os recursos destinados à ciência e tecnologia foram da ordem de R\$ 10,60 bilhões. Em 2016 eles caíram para R\$ 7,70 bilhões. Um ligeiro aumento ocorreu em 2017, com um valor orçado em R\$ 8,05 bilhões. No ano seguinte ocorreu nova redução nos investimentos, no valor de R\$ 7,66 bilhões. Já em 2019 registra-se um dos menores orçamentos reservados à ciência e tecnologia no Brasil: R\$ 7,40 bilhões. Sobre esses dados, importa destacar que, à exceção de 2014, entre 2015 e 2019 os orçamentos foram todos contingenciados, razão pela qual foram executados pelas universidades públicas federais e pelos institutos de pesquisa bem

5. Os dados sobre investimentos do Governo Federal em ciência e tecnologia no período 2014-2019 foram obtidos do Portal da Transparência em 4/4/2020.

abaixo do que era previsto. Assim, para além do desafio de fazer pesquisa em meio à imposição da escassez dos recursos financeiros, existem outras dificuldades por serem enfrentadas no campo científico, tal como será discutido a seguir.

3 | DISCUTINDO ALGUNS DESAFIOS NO CAMPO CIENTÍFICO NA DIMENSÃO ÉTICA

Na dimensão ética assiste-se à preocupação crescente dos agentes do campo científico com a produção e a socialização do conhecimento nas situações que envolvem a coleta de dados entre seres humanos. Preocupação essa que, na visão de Santos, Kienen e Castiñeira (2015), remete ao Código de Nuremberg, adotado em 1947, e posteriormente aperfeiçoado na Conferência de Asilomar, em 1975. Desde então um corpo formal de orientações e de instâncias deliberativas repercute nas universidades e nos institutos de pesquisa dos países do Norte e do Sul. No Brasil, as discussões da Conferência de Asilomar adquiriram forma em diversas normas que vêm sendo atualizadas de 1988⁶. Entre as atualizações tem-se a Resolução n. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (2012), instituindo normas éticas para pesquisas que utilizam seres humanos como fontes de dados e informações.

Das críticas feitas pela comunidade científica brasileira à Resolução n. 466/2012, que advinham, sobretudo, das particularidades da produção do conhecimento nas Ciências Humanas, alguns avanços foram alcançados. Forjada na condução dos estudos clínicos no campo da saúde, a Resolução n. 466/2012 foi imposta como um modelo generalizado para as pesquisas em diferentes áreas, inclusive em disciplinas cujas práticas investigativas são realizadas segundo um rito próprio no modo de abordar, tratar e conviver com as pessoas em campo. Foi assim que as controvérsias geradas pela Resolução n. 466/2012 desencadearam certa tensão metodológica e política entre as Ciências Humanas de um lado, e, do outro, as Ciências da Saúde, então reacendendo velhos embates epistemológicos em torno da cientificidade de algumas disciplinas.

Após embates epistemológicos e normativos no campo científico, em abril de 2016 foi instituída a Resolução n. 510/2016 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016), levando em consideração as especificidades das pesquisas nas Ciências Humanas. Como sua predecessora, a nova norma recomenda que as pesquisas que produzem conhecimento com base no estudo e/ou auxílio de pessoas e grupos humanos estão, *grosso modo*, condicionadas a dois elementos fundamentais. O primeiro deles é a submissão dos projetos de investigação científica aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP). O CEP corresponde a um colegiado devidamente constituído, cuja competência primeira consiste na avaliação dos projetos de investigação quanto aos riscos diretos e/ou indiretos que possam oferecer às pessoas e aos grupos. O segundo elemento de destaque na Resolução n. 510/2016

6. A primeira norma no sentido de pensar a ética nas pesquisas no Brasil foi a Resolução n. 01/1988, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que tinha como propósito regulamentar o credenciamento das instituições de pesquisa e recomendar a criação de comitês de ética em cada uma delas.

corresponde ao uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento formal pelo qual o pesquisador assegura que cada participante está suficientemente informado sobre a pesquisa em seus meios, fins e produtos.

Muito embora a Resolução n. 510/2016 tenha como objetivo proteger as pessoas envolvidas nas pesquisas, procurando evitar abusos, as dificuldades ainda persistem. Uma dessas dificuldades é dada pela lentidão com que a norma se difunde nas universidades brasileiras. Mesmo quando o CEP existe nas universidades ele nem sempre é de amplo conhecimento da comunidade acadêmica, resultando em número reduzido de pesquisas submetidas à apreciação prévia quanto aos riscos que possam oferecer às pessoas e aos grupos. Outra dificuldade diz respeito ao fator tempo, precisamente entre o prazo previsto para o início das pesquisas e o prazo processual dos CEPs. Essa tensão no tempo se traduz em uma incompatibilidade de cronogramas, colocando de um lado o planejamento do pesquisador – sujeito a adiamentos nas situações de pareceres que recomendam ajustes ou reformulação dos projetos de investigação –, e, do outro lado, o calendário das reuniões do CEP, em sua maioria mensais. Além disso, a composição desses comitês não está imune às relações de poder, aos conflitos de interesse e aos posicionamentos político-ideológicos dos membros, às vezes resultando em decisões que extrapolam os limites da análise dos riscos.

Em face do que foi discutido acima e em que pesem algumas das dificuldades relacionadas à Resolução n. 510/2016, o fato é que os agentes do campo científico ainda vêm procurando lidar com as exigências em pesquisas que utilizam pessoas e/ou grupos humanos na coleta de dados e informações. Foi em meio a uma tensão na ciência que se elaborou uma resolução específica para contemplar as particularidades das disciplinas do domínio das Ciências Humanas em seus modos de produzir e de socializar conhecimento científico. Apesar dos avanços, sobretudo na proteção das pessoas e dos grupos humanos pesquisados, muito ainda precisa ser aperfeiçoado no sentido de desburocratizar e de fiscalizar os CEPs para dar maior fluidez às pesquisas.

4 | DISCUTINDO ALGUNS DESAFIOS NO CAMPO CIENTÍFICO NA DIMENSÃO POLÍTICA

Na dimensão política os desafios são dados pelas pessoas e pelos grupos que interessam às investigações no âmbito das Ciências Humanas. Nesta perspectiva, é possível falar de uma mudança na mentalidade no modo como elas percebem a si mesmas diante do pesquisador, um estranho que se apresenta a elas revestido de um interesse desinteressado – o que Bourdieu (2004) designa como *illusio* –, a fim obter dados e informações que, convertidos em conhecimento, serão socializados em documentos de diferentes formatos. Essa mudança expressa a autovalorização das pessoas e dos grupos, o que vem se tornando possível pelo maior acesso à informação, a exemplo dos conteúdos

relacionados aos direitos civis que circulam “de boca em boca”, pelas rádios, pela televisão e pelos telefones celulares conectados à Internet. Ela resulta também do aprendizado das pessoas e dos grupos pelas experiências negativas, precisamente quando pesquisadores não oferecem aos colaboradores qualquer retorno das investigações que conduzem.

Com base no aprendizado negativo e cada vez mais conscientes de si, pessoas e grupos começam a recusar o contato com pesquisadores que não conseguem sensibilizá-los quanto à relevância social da pesquisa, ou que não negociam a repartição dos benefícios. Assim tem sido no Brasil o trabalho com populações tradicionais e povos originários que começam a deliberar sobre o aceite da presença do pesquisador em suas terras. No estado do Pará, por exemplo, algumas comunidades quilombolas na Região Metropolitana de Belém (RMB) queixam-se dos pesquisadores que lhes conquistam a confiança, realizam observações sistemáticas, entrevistas intensivas, produzem registros fotográficos, audiovisuais e depois desaparecem sem deixar qualquer benefício, ainda que na forma do acesso aos resultados das pesquisas que essas pessoas ajudaram a produzir (SANCHES, 2014). Descrentes, desconfiadas e sentindo-se saqueadas do ponto de vista informacional, essas comunidades passam a oferecer maior resistência às pesquisas que não contemplam os interesses delas. Essa crescente politização das pessoas e dos grupos humanos coloca os pesquisadores diante do desafio de aperfeiçoarem a construção das relações em campo, procurando não apenas produzir um conhecimento *sobre*, mas também um conhecimento produzido *com*, ao modo do que discute Oliveira (2003) nas reflexões éticas dos estudos antropológicos.

Um horizonte de mudança na relação entre ciência e sociedade no sentido de aprimorá-la é sinalizado pela ideia de uma ciência aberta ou cidadã, filosofia essa que já começa a ser difundida no Brasil. Como um movimento que carrega ingredientes políticos, culturais, sociais e tecnológicos, essa nova forma de pensar e de fazer ciência tem suas bases fundadas no princípio do acesso aberto à informação e ao conhecimento, da transparência, do trabalho colaborativo e da valorização dos agentes locais, o que justificaria o envolvimento e a participação mais efetiva de não cientistas nas diferentes etapas da pesquisa (ESTALELLA; LAFUENTE, 2015; PARRA, 2015).

Porém, como uma concepção de fazer ciência ainda em construção e expansão, que se contrapõem ao modelo de ciência centrado na primazia da descoberta e da propriedade intelectual, a ciência aberta ou cidadã precisa ser mais bem definida em seus meios e fins, especialmente quanto ao modo como ela se abre à participação dos agentes não cientistas. Neste ponto, os cuidados precisam ser mais bem acordados e normatizados, a fim de que as pessoas não sejam usadas como colaboradoras de menor *status*, ou como meras coletoras e provedoras de dados e informações para a redução do tempo e dos custos das pesquisas realizadas pelas universidades, pelos laboratórios e pelos institutos de pesquisa. Do contrário, essas práticas de ciência aberta ou cidadã estarão reproduzindo as mesmas experiências negativas do modelo de ciência tradicional, não

passando de promessas “inclusivas” às pessoas não cientistas.

5 | DISCUTINDO ALGUNS DESAFIOS NO CAMPO CIENTÍFICO NA DIMENSÃO TECNOLÓGICA

Na dimensão tecnológica, entre outros desafios, tem-se a incorporação das redes e das tecnologias digitais às práticas de pesquisa, seja no modo como os pesquisadores produzem conhecimento, seja na maneira como eles socializam os resultados das investigações. Aqui se verifica a necessidade do domínio sobre outras ferramentas de pesquisa empregadas desde a etapa de recolha de dados até a comunicação científica. Essas ferramentas estão para além da caneta, do diário de campo, da câmera fotográfica/vídeo, do gravador de som, bem como dos questionários e dos formulários impressos normalmente utilizados em campo. Com a emergência da cultura digital, tendências investigativas contemporâneas apontam para a coleta e análise de grandes volumes de dados (Big Data), assim como o desenvolvimento de metodologias aplicadas às pesquisas na Internet que não sejam simples adaptações daquelas já utilizadas no mundo *offline*.

A difusão das tecnologias digitais no campo científico configura uma realidade nova para alguns pesquisadores. Ela desafia essas pessoas a lidarem com situações que colocam à prova as habilidades e competências construídas em uma formação anterior ao surgimento da Internet. Neste sentido, existe uma geração de pesquisadores na condição de imigrantes digitais, portanto, em processo de aquisição das competências tecnológicas necessárias ao melhor aproveitamento das possibilidades oferecidas pela Internet (JONES; SHAO, 2011). Neste momento de contato com tecnologias que se atualizam rapidamente, as iniciativas de aprendizado formal, de autoaprendizado e de aprendizado colaborativo são da maior importância para que as práticas científicas sejam mais bem-sucedidas.

A iniciativa do aprendizado formal diz respeito à busca dos pesquisadores por cursos de qualificação dentro e fora das universidades, de cursos presenciais e a distância que sejam capazes de ajudá-los no desenvolvimento de novas habilidades solicitadas na interface com as tecnologias digitais. O autoaprendizado, por sua vez, resulta da iniciativa pessoal orientada para a manipulação curiosa e livre das ferramentas digitais em sua variabilidade, produzindo um tipo de conhecimento fundamentado nas experiências galgadas em acertos e erros, algo já comum para os nativos digitais (JONES; SHAO, 2011). Em relação ao aprendizado colaborativo, ele viabiliza a aquisição de novas competências e habilidades pelas interações entre pessoas com domínio diferenciado no uso das tecnologias digitais, demandando também habilidades sociais, comunicativas e afetivas nas trocas de informação e conhecimento processadas em níveis diferenciados.

No âmbito da socialização dos produtos da pesquisa, o desafio reside na adoção dos canais de publicação que estão para além dos periódicos científicos tradicionais. De

fato, esse veículo de comunicação segue se mantendo como o suporte de informação preferido dos agentes do campo científico. Entretanto, ele vem sendo bastante afetado não só pelas tecnologias digitais como também pelas pressões do produtivismo acadêmico (MEADOWS, 1999; PATALANO, 2005). Muito embora ferramentas para publicação eletrônica como o *Open Journal Systems* (OJS) sejam disseminadas desde a Declaração de Budapeste, em 2002, que lançou as bases do movimento do acesso aberto, os periódicos científicos digitais seguem sem grandes mudanças estruturais e funcionais, restringindo-se à apresentação de material textual. Tomando como referência os periódicos nacionais disponíveis na Internet, há que observar que eles ainda não incorporam os recursos de hipermídia que permitem associar arquivos de som, vídeo e imagens interativas aos artigos, muito menos a atualização, a correção e a ampliação autoral de conteúdos, ou a colaboração pós-publicação.

Considerando que publicar é uma atividade basilar na disputa dos pesquisadores por posição e por reconhecimento no campo científico, com as tecnologias digitais essa atividade tende a ser intensificada, sobretudo com o crescente número de periódicos na Internet. Ainda assim, as forças do campo são seletivas, e pressionam para que o produto das pesquisas seja canalizado para os periódicos de impacto, editados em língua inglesa e produzidos em países como EUA, Inglaterra, Alemanha e França. Todavia, essa pressão para publicação nos periódicos do Norte afeta negativamente outras formas de socialização do conhecimento científico via Internet e mídias digitais. Mesmo que plataformas como *blogs*, *Facebook*, *Twitter*, *YouTube* e outras tenham amplo alcance social, elas pouco ou nada representam para o prestígio dos pesquisadores no campo científico, de maneira que as ferramentas da *Web 2.0* seguem vistas pela comunidade científica como simples recursos de publicidade (TORRES, 2016). Além disso, elas ainda são pouco exploradas em seu potencial informativo, comunicativo, colaborativo e participativo nas relações entre comunidade científica e sociedade.

O desestímulo à publicação em periódicos científicos que fogem ao conceito Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), e que não são indexados em bases de dados também repercute negativamente na socialização do conhecimento no campo científico. Isto tem provocado o aumento nas filas de avaliação nos periódicos mais bem-conceituados, colocando em cheque a concepção de que essas publicações são os veículos mais rápidos na comunicação científica (MEADOWS, 1999). Atualmente, a publicação de um artigo em periódico *online*, no Brasil, pode demorar mais do que a publicação de um *e-book* ou mesmo de um livro impresso, às vezes ultrapassando o prazo de um ano.

Outro efeito da pressão no campo científico para a publicação em periódicos de impacto é o esvaziamento dos títulos recém-criados, impedindo-os de crescerem em visibilidade e importância quando os pesquisadores de renome escolhem divulgar os resultados das pesquisas nos títulos já consagrados. Como em um movimento de resposta à hegemonia

dos editores científicos dos países do Norte, na América Latina e no Caribe metodologias foram desenvolvidas para dar visibilidade às pesquisas produzidas nos países do Sul. É o que se verifica com a iniciativa do projeto *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que reúne periódicos científicos editados na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Paraguai e Peru, incluindo Portugal e Espanha. Para dar maior visibilidade à produção científica na América Latina e no Caribe, alguns periódicos disponíveis no SciELO inovam ao se apresentaram como um canal de comunicação multilíngue, especialmente ao divulgarem artigos escritos em inglês, espanhol, português e francês, entre outras línguas, promovendo um diálogo científico intercultural entre pesquisadores que foge ao protocolo linguístico anglófonos da comunicação científica internacional.

Outro desafio no campo científico também é dado pela resistência às questões locais, uma vez que os periódicos de impacto priorizam contribuições originais de interesse geral para a ciência. Os grandes editores científicos alegam que os artigos produzidos sobre as realidades históricas, sociais e culturais locais não são relevantes para eles, pois entendem que os estudos com esse foco têm chances reduzidas de citação internacional. Em razão dessa reserva, as pesquisas com enfoque local acabam sendo canalizadas para os periódicos de menor prestígio. Pelo que essa realidade indica, as forças do campo científico agem para hierarquizar a produção e a socialização do conhecimento científico em categorias do tipo “superior” e “inferior”, reservando essa última classificação à produção que advém dos países do Sul, muitos deles ainda envolvidos na superação de questões políticas, sociais, tecnológicas, econômicas, ambientais e científicas que por si só justificam a importância dos estudos locais.

6 | DO PERFIL TRADICIONAL AO NOVO PERFIL DE PESQUISADOR EM ASCENSÃO

Nas reflexões aqui propostas, os desafios éticos, políticos e tecnológicos que se apresentam ao campo científico apontam não somente para mudanças nas condições contemporâneas de produzir e socializar conhecimento. Eles também indicam a necessidade de mudanças nos pesquisadores, sobretudo em relação ao modo como pensam e conduzem as práticas científicas.

Com o grande volume de informações e conhecimentos de diferente natureza circulando pelas redes digitais, bem como pela oferta de ferramentas tecnológicas que ampliam a comunicação humana, o modelo do pesquisador tradicional, nascido com a ciência moderna e que vigorou até a primeira metade dos anos de 1980 vem se tornando cada vez mais obsoleto. Esse perfil mais tradicional pode ser reconhecido, entre outras coisas, pelo trabalho em ambiente equipado com recursos tecnológicos minimamente explorados. Na equipe que coordena, o *outro* tem mais a aprender e muito pouco a ensinar

a ele. Para esse pesquisador, a produção do conhecimento está somente a cargo dos cientistas, excluindo desse processo os agentes não cientistas. Ladeado por uma coleção de livros e títulos de periódicos impressos habituado a ler, ele segue analisando os dados que coleta das fontes documentais e humanas para responder questões de interesse próprio, preferencialmente sem muita interferência de outros pesquisadores, das pessoas ou dos grupos que estuda.

O tema que o pesquisador tradicional investiga pouco varia na trajetória acadêmica dele, à medida que busca tornar-se reconhecido no campo científico como um especialista. De postura teórica e metodológica ortodoxa, os canais mais recorridos por ele para socializar a produção científica são os livros, os periódicos e os documentos de memória das reuniões científicas que costuma participar. Em geral, ele faz pesquisa *sobre* pessoas, posto que as vê como meras fontes de informação, normalmente dirigindo-se a elas com suas próprias questões e interesses. A comunicação com os pares e com as instituições do campo científico normalmente envolve o uso de *e-mails*, telefonemas e mensagens instantâneas, isso quando dispõe de telefone celular. Quando se vê diante dos recursos informacionais digitais, a atitude mais imediata do pesquisador tradicional é justificar o valor e a importância dos recursos analógicos e retrospectivos. Embora pareça pouco improvável, esse modelo de pesquisador existe *pari passo* com outro perfil de pesquisador emergente, e segue resistindo pouco aberto às mudanças em curso.

O perfil de um pesquisador dinâmico, empreendedor e político começou a ser forjado com a ciência pós-moderna, ganhando mais força a partir da segunda metade dos anos de 1990. As atitudes e as habilidades dele contrastam com a do pesquisador tradicional. Assim, esse modelo que surge diante de um novo horizonte de possibilidades se mostra aberto às novidades, permitindo-se arriscar na investigação de novos temas e experimentar novas abordagens teóricas e metodológicas. Para esse pesquisador o trabalho colaborativo é valorizado pelas trocas informacionais, cognitivas e de experiências que vivencia dentro e fora do gabinete de trabalho ou do laboratório. Os deslocamentos realizados no mundo real e os contatos mantidos com pessoas de diferentes modos de ser, sentir, pensar e viver ajudam esse modelo emergente de pesquisador a entender que, ao lado dele, existe uma ampla diversidade de agentes não cientistas que também produzem conhecimento. Ao investigar *com* pessoas e grupos humanos ele dá atenção aos aspectos éticos, preocupando-se com o consentimento livre e esclarecido e com a repartição dos benefícios advindos da pesquisa.

As saídas do gabinete para o mundo real são frequentes e desejáveis para o novo pesquisador, sobretudo para a negociação com os agentes e com as instituições que se relacionam com a pesquisa que coordena e/ou executa. Para ele, a Internet, as mídias sociais e as ferramentas tecnológicas de comunicação e de colaboração estão bem incorporadas à rotina de trabalho. Além dos livros e dos periódicos impressos, as publicações digitais, as mídias sociais e as ferramentas de comunicação remota fazem

parte das atividades de produção e socialização do conhecimento científico. Para o novo pesquisador, a preocupação com o compartilhamento dos resultados da pesquisa está para além da publicação em periódicos consagrados, pois a consciência social o estimula a utilizar outros veículos capazes de alcançar o maior número possível de pessoas, dentro e fora do campo científico.

A discussão sobre as mudanças no perfil do pesquisador encontra suas bases no pensamento de alguns autores das Ciências Sociais. Um deles é o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2010), que considera Michel Foucault um exemplo emblemático de pesquisador da ciência pós-moderna, tida por ele como aquela que se aproxima do sujeito, que incorpora a autobiografia do pesquisador e valoriza as formas de conhecimento comum e prático. O traço pós-moderno que Santos reconhece em Foucault brota da capacidade do filósofo francês de mobilizar competências transdisciplinares (História, Psicologia, Ciência Política e Sociologia) e realizar uma produção intelectual imaginativa e personalizada. Nesta direção, em Santos (2010) é possível observar que o perfil do novo pesquisador está delineado pelas atitudes e pelas habilidades de superação das barreiras disciplinares, da especialização do conhecimento e da ortodoxia teórica e metodológica, aspectos esses que bem caracterizam a ciência moderna e que marcam o perfil do pesquisador tradicional.

Pistas sobre o novo perfil de pesquisador também são dadas por Bruno Latour (2011). Do ponto de vista desse sociólogo francês, a ciência destes tempos é produzida com base nas relações entre diferentes atores que estão envolvidos – direta e indiretamente – em uma rede espiralada, congregando conhecimentos científicos e não científicos. Para Latour, a ciência não é produzida apenas nos gabinetes de pesquisa e nos laboratórios. Ela extrapola para o mundo fora desses espaços, exigindo do pesquisador a capacidade de articulação política com outros atores (pesquisadores, políticos, professores, engenheiros, investidores, cidadãos, etc.) na busca de colaboração e legitimação social dos resultados da pesquisa. Para Latour, as habilidades comunicativas são fundamentais para o pesquisador, especialmente no sentido de gerar consensos, de traduzir o discurso científico para os atores não cientistas, e de documentar os trabalhos que desenvolve para chegar aos pontos mais distantes dessa intrincada rede de produção social de conhecimentos, que envolve humanos e não humanos.

Embora sejam possíveis, há que reconhecer que os perfis discutidos neste ensaio representam uma visão autoral genérica quanto às atitudes e habilidades que caracterizam cada um deles. Ademais, entende-se que entre os dois tipos descritos podem existir outros perfis, isto é, gradações constituídas entre um e outro modelo, como o de um pesquisador intermediário (híbrido), que contemplaria as características dos demais no que pode ser visto como um processo de transição. Sendo assim, os aspectos pontuados levam à conclusão de que vem ocorrendo uma mudança de perfis, à medida que a ciência tem se transformando nos últimos 20 anos, abrindo espaço para

investigações inter e multidisciplinares, e para a participação de agentes não cientistas na produção do conhecimento científico. Enfim, todas essas mudanças, ainda em curso, exigem novas práticas de pesquisa e iniciativas de comunicação e negociação por dentro e por fora das redes digitais, não somente entre pesquisadores, mas principalmente entre a comunidade científica, a sociedade, o Mercado e o Estado. Um esforço integrador visto como necessário ao fortalecimento das Ciências Sociais em sua capacidade de também contribuir para o desenvolvimento dos países.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões tecidas neste ensaio mostraram que Pierre Bourdieu deixou um legado à Sociologia da Ciência ao fornecer teorizações que permitem analisar e compreender as práticas científicas. Inspirado por Lewin, ele reformulou o conceito de campo para aplicá-lo aos estudos sobre a sociedade, e, com base em um recorte específico, elaborou o conceito de campo científico. Esse conceito foi seminal para as reflexões produzidas sobre os desafios na produção e socialização do conhecimento científico na contemporaneidade, precisamente no contexto das Ciências Humanas.

Sobre os desafios de fazer pesquisa hoje, foi discutido que eles resultam não apenas das forças endógenas do campo científico, mas também das interações entre campos distintos que afetam os pesquisadores em suas práticas científicas. Entre os muitos desafios existentes, a atenção foi dada a três deles. O primeiro foi direcionado à dimensão ética, algo que ainda carece de sensibilidade dos pesquisadores e que precisa ser melhor operacionalizado nos projetos de investigação e nos CEPs, exigindo o aperfeiçoamento das relações nas pesquisas que envolvem pessoas. Na esfera tecnológica os desafios foram expressos pelo melhor aproveitamento do que as redes e as tecnologias digitais podem oferecer ao processo de produção e socialização do conhecimento científico, especialmente no sentido de romper padrões impostos pelos grandes editores internacionais que capitalizam e restringem a comunicação ao campo científico, portanto, sem se preocuparem com o acesso da sociedade ao que é gerado nas universidades e nos institutos de pesquisa brasileiros com financiado público.

Para finalizar, também foi desenvolvida uma discussão sobre dois perfis de pesquisador. Um deles caracterizado como tradicional; outro, como um perfil emergente em progressiva ascensão no campo científico. Em termos gerais, esses dois modelos se distinguem de diferentes formas: pelo modo como se relacionam com as pessoas e com os grupos humanos que pesquisam; pelos temas aos quais se dedicam; pela postura teórica e metodológica que adotam; pela menor ou maior incorporação das TICs ao processo de produção e socialização do conhecimento científico; e pela competência no uso das tecnologias digitais. Foi admitido que esses dois perfis de pesquisador possuem limitações, uma vez que correspondem tão somente a uma visão autoral. Por essa razão,

eles precisam ser relativizados em suas características, abrindo possibilidades para a configuração de outros perfis. Seja como for, o fato é que o campo científico, as práticas científicas e os pesquisadores encontram-se em meio a um processo de mudança para lidarem com os novos desafios na produção e na socialização do conhecimento científico, revelando as forças dinâmicas internas e externas desse microcosmo social já interpretado por Pierre Bourdieu.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: ORTIZ, R (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo, SP: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (org.). **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 65-69.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DE NEGRI, F.; KOELLER, P. **O declínio do investimento público em ciência e tecnologia: uma análise do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações até o primeiro semestre de 2019**. Brasília, DF: IPEA, 2019. (Nota técnica; 49). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/190828_NT_48_Diset.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DORTIER, J.F. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.

ESTALELLA, A.; LAFUENTE, A. Modos de ciencia: pública, abierta y común. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília, DF: IBICT; Unirio, 2015. p. 27-58.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JONES, C.; SHAO, B. **The net generation and digital natives: implications for higher education**. 2011. Disponível em: <<http://oro.open.ac.uk/30014/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo, SP: Unesp, 2011.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999.

OLIVEIRA, Luís R. C. de. **Pesquisas em vs. pesquisas com seres humanos**. UnB, 2003. (Séries Antropologia; 336).

PARRA, H. Z. M. (2015). Ciência cidadã: modos de participação e ativismo informacional. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília, DF: IBICT; Unirio, 2015. p. 122-141.

PATALANO, M. Las publicaciones del campo científico: las revistas académicas de América Latina. **Anales de documentación**, Madrid, v. 8, p. 217-235, 2005. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/1451/1501>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SANCHES, M. do R. S. A. **No Abacatal (também), uma flor**: um estudo antropológico sobre a relação criança e trabalho. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

SANTOS, P. A. dos; KIENEN, N.; CASTIÑEIRA, I. **Metodologia da pesquisa social**: da proposição de um problema à redação e apresentação do relatório. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

TORRES, C. C. O uso das redes sociais na divulgação científica. **Observatório da imprensa**, v. 19, n. 891, 2016. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/o-uso-das-redes-sociais-na-divulgacao-cientifica/>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Familiar 64, 65, 66, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 165

Análise Institucional 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28

Aprendizagem 6, 7, 8, 11, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 60, 110, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 154, 156, 162, 201, 208, 212, 213, 214, 215, 216, 222, 223

Aprendizagem Ativa 134, 141

B

Bullying 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 16

C

Campo 3, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 142, 146, 149, 151, 164, 166, 174, 176, 180, 189, 191, 199, 221, 223

Ciência 27, 29, 31, 39, 59, 60, 89, 95, 102, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 143, 159, 166, 169, 173, 176, 205, 212, 214, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 230

Comunicação 7, 8, 118, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 192, 194, 221, 222, 231

Conhecimento 5, 20, 21, 25, 26, 27, 31, 32, 36, 38, 40, 45, 47, 50, 53, 54, 56, 65, 72, 91, 92, 93, 96, 97, 99, 100, 103, 104, 116, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 139, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 156, 159, 162, 165, 167, 168, 185, 186, 189, 194, 210, 211, 215, 218, 220, 223, 231

Construção do Conhecimento 103, 104, 134, 139

Cotas 55, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 75, 194, 195, 197

D

Diário de Campo 91, 93, 98, 100, 101, 126

E

Educação 1, 3, 4, 16, 17, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 75, 77, 78, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 132, 134, 135, 137, 140, 141, 142, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 197, 200, 201, 202, 206, 208, 210,

211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Emancipação 61, 91, 94, 99

ENADE 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Ensino 11, 16, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 55, 56, 57, 59, 61, 62, 76, 77, 86, 87, 89, 91, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 135, 136, 137, 142, 148, 149, 154, 156, 161, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 188, 189, 191, 193, 195, 200, 201, 202, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231

Escola Democrática 1, 4

Expansão 106, 117

F

Formação Continuada 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 60, 225, 226

Função Social 41, 44, 49, 51, 143, 196, 197

I

Implicação 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 104, 192

Inclusão 32, 55, 56, 57, 61, 73, 87, 97, 197, 223

Indicadores de Qualidade 106, 107, 108, 110, 116, 117

M

Metodologia 18, 21, 26, 27, 36, 39, 41, 78, 107, 117, 133, 134, 135, 136, 140, 176, 191, 192, 209, 213, 214, 222, 224, 229

Metodologias Ativas 134, 141

Moralidade 1, 3, 173

Movimentos Sociais 58, 59, 64, 65, 66, 68, 70, 73, 75, 86, 88, 156, 187, 192, 194, 199, 200

O

Observação Participante 91, 93, 98, 99, 104

P

Pedagógicas 41, 42, 49, 50, 51, 54, 86, 90, 149, 155, 161, 163, 167

Pesquisa 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 37, 38, 39, 41, 50, 55, 56, 57, 62, 64, 69, 79, 84, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 133, 135, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 153, 163, 167, 168, 169, 170, 190, 192, 193, 201, 202, 209, 211, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 230

Pesquisa Acadêmica 18, 22

Pesquisa de Campo 16, 91, 100

Pesquisador 5, 7, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 118, 119, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 149, 165, 224

Pós-Graduação 38, 63, 91, 106, 133, 142, 143, 145, 150, 151, 153, 171, 194, 217

Práticas 3, 16, 38, 41, 42, 49, 50, 51, 54, 74, 84, 86, 90, 95, 97, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 118, 119, 120, 123, 125, 126, 128, 131, 132, 144, 145, 151, 155, 163, 167, 177, 200, 205, 216

Professor Mediador 134

Projeto de Extensão 29, 30, 31, 32, 38

Psicologia 1, 3, 17, 18, 20, 23, 24, 27, 28, 40, 91, 92, 104, 105, 120, 130, 151, 182, 186, 200, 214, 216, 219

S

Sujeito Social 41, 44, 169, 204, 211

T

Teorias Críticas 142, 145, 149, 150, 151

V

Vagas 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 109

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

A Pesquisa e o Ensino das Ciências Humanas: Mudanças e Tendências

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020